



Intenção do tribunal é aumentar a agilidade dos processos e facilitar o acesso ao público.

Novo fórum reúne varas da Família e da Infância

■ O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) inaugura hoje, às 17 horas, o prédio do novo Fórum da Família, da Criança e do Adolescente. A edificação abrigará oito varas da Família e duas da Infância e Juventude, que antes funcionavam em três locais distintos. A intenção do TJ é aumentar a agilidade na resolução dos processos e facilitar o acesso ao público, colocando varas de assuntos afins em um local central. O novo fórum fica na Rua da Glória, no Centro Cívico.

De acordo com o desembargador Fernando Wolff Bodziak, presidente do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude, além das melhorias físicas, o novo fórum terá ganhos de estrutura e organização de pessoal. Bodziak destaca a instalação de um espaço próprio para a escuta de crianças vítimas de violência. “A

criança não precisa ter aquele choque de entrar num fórum. É um processo de reestruturação que passa pelo espaço físico e conforto”, diz.

O desembargador também afirma que serão instalados dois núcleos multidisciplinares, um para as varas de Família e outro para as da Infância e Juventude. Os núcleos são formados por profissionais da área técnica que auxiliam os juízes no andamento dos processos. Esse grupo inclui psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, entre outros.

Os funcionários que trabalharão nos núcleos multidisciplinares já fazem parte dos quadros do Judiciário. Até agora, no entanto, os profissionais atendiam apenas à vara para a qual eram designados. A concentração dos técnicos em um núcleo impede entraves nos processos por causa de férias ou licença de algum profissional. Na análise de Bodziak, o novo panorama facilita as rápidas

substituições. “A expectativa é de benefícios grandes. Enxergamos esse novo fórum como um presente do Judiciário às famílias Curitiba”, afirma o desembargador.

Mais contratações

A advogada Marta Tonin, presidente da Comissão da Criança e do Adolescente da seção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), afirma ver como um avanço a reunião das varas da Família, Infância e Juventude em um único fórum, pela perspectiva de agilização dos processos. Ela considera, no entanto, que a nova instalação física não supre a necessidade de contratação de pessoal por meio de concursos. “O TJ precisa se dar conta de que a demanda de processos é muito maior do que a disponibilidade de funcionários”, diz. (AS)

09 OUT 2012

GAZETA DO POVO

PROJUDI

As Varas Cíveis de Curitiba passaram a operar ontem pelo Sistema Processual Eletrônico (Projudi), que tem 70 mil usuários cadastrados entre juízes, advogados e funcionários do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).

O software oferece acesso à tramitação de ações judiciais aos envolvidos. Com o Projudi, todos os processos ficam acessíveis na internet e disponíveis a qualquer hora. A previsão é que o programa seja implantado em todo o estado até o fim deste ano.

09 OUT 2012

GAZETA DO POVO

DECISÃO

Lei Maria da Penha também vale para irmão agressor, diz STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou que a ameaça de agressão praticada por um homem em Brasília contra a irmã deve ser enquadrada na Lei Maria da Penha. O caso aconteceu em agosto de 2009. O agressor se dirigiu à casa da irmã e atirou pedras contra o carro dela, além de enviar mensagens por celular xingando-a e ameaçando agredi-la. O irmão queria assumir o controle da pensão recebida pela mãe, que estava sob responsabilidade da irmã. Ele ainda não foi condenado. A secretária de Justiça e da Defesa da Cidadania, Eloisa Arruda, diz ser comum que a lei contemple casos de netos agredindo avós, genros agredindo sogras e filhos agredindo mães. "São situações de dominação, quando o homem tira vantagem da superioridade física."

JUSTIÇA

Julgamento do goleiro Bruno é marcado para 19 de novembro

O Tribunal de Justiça de Minas marcou para o dia 19 de novembro o julgamento do ex-goleiro Bruno Fernandes e dos outros seis réus acusados de envolvimento na morte da ex-amanante do jogador Eliza Samúdio. O julgamento vai acontecer em Contagem e será presidido pela juíza Marixa Rodrigues. Bruno está preso na Penitenciária Nelson Hungria,

NOTA POLÍTICA

Saúde

O ministro do STJ Gilson Dipp continua internado na UTI do Hospital Albert Einstein, em São Paulo, onde se recupera de uma cirurgia abdominal. Segundo boletim médico divulgado ontem, o seu estado é estável e não há previsão de alta. Dipp foi internado em um hospital de Brasília no dia 18 de para tratar de uma crise de asma. A doença se agravou e evoluiu para uma pneumonia, o que provocou sua transferência para o hospital de São Paulo. Dias depois, o ministro precisou passar por uma cirurgia no abdômen.

em Contagem (MG). Também são acusados pelo crime Luiz Henrique Romão, o Macarrão e Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, que também estão presos.

Os três serão julgados pelos crimes de homicídio triplamente qualificado, sequestro, cárcere privado e ocultação de cadáver. Eliza desapareceu em junho de 2010. Ela pedia pensão para o filho que teve com o ex-goleiro. Segundo a denúncia, Bruno não queria pagar e, por isso, montou um plano para matá-la com ajuda de Macarrão.

09 OUT 2012

GAZETA DO POVO

» HSBC

Ex-funcionário é indenizado por ter de se travestir

*João Carlos Fadino,
especial para a Gazeta do Povo*

Um ex-funcionário do HSBC venceu um processo na Justiça do Trabalho e receberá uma indenização por ter sido obrigado a se vestir de drag queen sob ameaça de demissão. O valor não foi divulgado. O autor da ação conta que trabalhou por sete anos na empresa e fazia parte do call center de cobrança do banco. Em 2007, o gerente teve que se travestir, depois de o grupo de 400 funcionários ter atingido a meta de resultados apresentada por um diretor da instituição. O “prêmio” dos trabalhadores seria ver o gerente vestido como mulher.

O ex-funcionário, que não teve o nome revelado, contou em entrevista por telefone que o banco tinha diversas formas de avaliação. Uma delas é chamada de “meta de comprometimento”. Segundo ele, os funcionários poderiam ser punidos se não submetesse-se as atividades de descontração.

O ex-gerente disse que

precisou fantasiar-se em duas ocasiões. Ele alega que por diversas vezes presenciou colegas se submeterem a situações constrangedoras. “Toda sexta era uma situação diferente. Por conta da meta de comprometimento, tínhamos de nos vestir de hippies, dentre outras coisas” contou.

Uma audiência de conciliação correu nesta segunda-feira (8) para tratar do caso no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Curitiba. O advogado do autor da ação, Alessandro Vale, afirmou que a reunião foi tranquila e que o caso por danos morais está encerrado com um acordo.

Não foi possível conversar sobre o assunto com um representante do TRT nem do HSBC nesta segunda. A reportagem entrou em contato com a assessoria do HSBC que até o momento não se pronunciou. O TRT informou que o caso corre em segredo.

Ambev

Em setembro deste ano, a cervejaria Ambev foi condenada a indenizar um funcionário que teria sido obrigado a participar de festas com garotas de programa, a cada alcance de metas. O fato teria ocorrido mais de dez vezes entre 2003 e 2004. O caso foi julgado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

09 OUT 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Ações das Varas Cíveis tramitam somente via internet

No dia 4 de outubro, acontece em Curitiba o seminário “Como agir para que a nova Legislação Ambiental não se torne um entrave ao Setor Produtivo”, no World Business (Av. Candido de Abreu, 776 – Sala de Convenções. O objetivo do evento é demonstrar de forma prática e objetiva a aplicabilidade da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que regulamenta as atribuições da União, Estados e Municípios na proteção do meio ambiente, incluindo as competências para emitir licenças ambientais e gerir o uso da fauna e da flora silvestre. Na ocasião, também serão esclarecidas questões técnicas e jurídicas do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 2012).



Software oferece um meio digital para a tramitação de processos judiciais

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

09 OUT 2012

FÓRUM CIC

Ampliando o processo de descentralização na Capital, com a criação de mais um Fórum, o Tribunal de Justiça vem tornando o Judiciário mais próximo do povo em toda a região curitibana. Na tarde da segunda-feira (1º/9), o presidente do TJ, desembargador Miguel Kfourri Neto, conduziu, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), a instalação do novo Fórum Regional, que descentralizará, para a região oeste da cidade, serviços nas áreas de Família, Infância e Juventude e Juizados Especiais. O novo Fórum está funcionando na rua Ludovico Kaminski nº 2525.

NOVO FÓRUM

O Poder Judiciário do Estado do Paraná contará com um novo Fórum da Família, da Criança e do Adolescente. A solenidade de instalação será conduzida pelo presidente do TJ, desembargador Miguel Kfourri Neto, na terça-feira (9/10) às 17h, na sede do Fórum. O prédio, situado na rua da Glória, nº 290, possui área de 7.520 m² e abrigará as oito Varas de Família e as duas da Infância e Juventude da capital. A nova sede também possui espaço para o Ministério Público, a OAB, a Defensoria Pública e um Núcleo de Conciliação

ADOÇÃO

Na quinta-feira (4/10) ocorreu o lançamento do material de apoio elaborado pela equipe multiprofissional do CONSIJ e da CIJ, destinado ao programa de formação continuada dos Juízos da Infância e da Juventude do Paraná. O material consiste em três cartilhas temáticas, relativas à socioeducação e ao risco, à convivência familiar e comunitária e à violência, além do DVD "Adoção – Um Ato de Amor".

APAC

Autoridades estatais de Foz do Iguaçu estiveram reunidas na quinta-feira, (4/10), na Câmara Municipal daquela cidade para constituir a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac). Trata-se de um novo modelo de gestão da execução penal em implantação no Paraná, que privilegia a recuperação do preso por meio da educação e do trabalho, num ambiente sem agentes de carceragem. A medida faz parte dos esforços do governo para reduzir o déficit de vagas no sistema prisional e humanizar a execução penal. A coordenação do trabalho será da juíza de Direito, Juliana Zanin, titular da vara de Execuções Penais, com atuação dedicada às mulheres que cumprem pena no regime semiaberto.


PRÉ-CADASTRO ELETRÔNICO

O uso do Sistema de Pré-Cadastro Eletrônico (SPCE) de ações e recursos de competência originária deste Tribunal tornou-se obrigatório desde 1º/10, conforme a Resolução nº 14/2011 do Órgão Especial, que trata da implantação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, pelo qual serão cadastradas, num primeiro momento, as petições iniciais de recurso de agravo de instrumento (artigo 522 do CPC), mandado de segurança e habeas corpus.

PROJUDI

A partir da segunda-feira (8/10) as Varas Cíveis de Curitiba passarão a operar somente por meio do Sistema Processual Eletrônico (Projudi) para os processos novos. A medida observa as disposições da Lei Federal nº 11.419/2006, Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça e o Provimento nº 223 da Corregedoria-Geral da Justiça. A instalação leva em conta as diretrizes estabelecidas pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, em implantar o (Projudi) em todas as Varas Cíveis e da Fazenda Pública do Estado.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, Fernanda de Quadros Jorgensen Geronasso (1º grau) e Francisco Eduardo Gonzaga de Oliveira (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 8 a 15 de outubro. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767. 

09 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

OAB Paraná irá elaborar propostas para integrar nova tabela de custas judiciais

O Conselho Pleno da OAB Paraná irá elaborar, por meio de uma comissão de conselheiros seccionais, propostas embasadas em critérios técnicos para integrar a nova tabela de reajuste das custas dos âmbitos judiciais no Estado.

A discussão foi trazida à tona pelo Tribunal de Justiça do P-PR no último mês de agosto. “A pedido do desembargador Sigurd Bengtsson, vamos trazer sugestões para a tabela que foi apresentada pela Associação dos Serventuários

da Justiça do Estado do Paraná (Assejepar)”, explicou o presidente da OABPrev da Seccional, Maurício Guimarães, que integra a comissão.

De acordo com Guimarães, a OAB Paraná irá buscar elementos técnicos, dentro de uma visão de números reais dos custos operacionais dos cartórios, verificando também o impacto do Processo Eletrônico. “A tecnologia vem no sentido de tentar reduzir o trabalho braçal do cartório e isto implica

em uma redução de custo. A OAB quer obter os dados, os valores dos custos. Trata-se de uma informação pública. Equalização das custas em um patamar razoável”, sustentou.

A tabela sugerida pela Assejepar traz aspectos preocupantes segundo a comissão, como a fixação de um teto máximo de custos, que pode chegar a R\$ 20 mil. “O preparo dos recursos, pela proposta, também sofreria grande aumento, passando a ser de 0,5% do valor da causa, com teto de cerca de R\$ 10 mil.

Eleições são prioridade para a Justiça até o dia 2 de novembro

Os assuntos eleitorais devem ser prioridade na Justiça de todo o país até 2 de novembro, cinco dias após a votação do segundo turno. De acordo com a legislação eleitoral, o tema deve mobilizar o Ministério Público e os juízes de todas as instâncias até essa data, com exceção dos casos de habeas corpus e mandados de segurança. Os prazos relativos às

reclamações, às representações e aos pedidos de resposta são contínuos até o dia 16 de novembro, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

A partir do dia 13 de outubro, nenhum candidato pode ser preso ou detido, a não ser em casos de flagrante. A mesma regra vale para os eleitores entre os dias 23 e 30 de outubro, exceto nos casos de flagrante

ou devido a sentença criminal condenatória por crime inafiançável.

O candidato que participar do segundo turno tem até o dia 27 de novembro para prestar contas dos dois turnos à Justiça Eleitoral. Organizada pelos comitês financeiros, a prestação de contas deve trazer a arrecadação e a aplicação dos recursos da campanha.

09 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Gestores definem manual para cumprimento de Metas do Judiciário em 2013

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está elaborando, em parceria com os 90 tribunais brasileiros, um glossário para o cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário para 2013. O documento estabelecerá os critérios que deverão nortear a atuação das Cortes do País, de forma a garantir o alcance dos objetivos estabelecidos pelos presidentes dos tribunais para o próximo ano, durante o último encontro nacional. A ideia é conferir maior eficiência e celeridade à atuação da Justiça. O texto final do Glossário das Metas de 2013 será consolidado durante a reunião preparatória para o 6º Encontro Nacional, que será realizada no próximo dia 17 em Brasília/DF.

Na última semana, o Departamento de Gestão Estratégica do CNJ encaminhou a todos os tribunais a minuta do documento. A ideia é que, a partir da análise dessa proposta preliminar, os gestores das metas e responsáveis pelo departamento de gestão estratégica de todas as Cortes apresentem propostas que contribuam com a consolidação do texto final, durante a reunião preparatória para o Encontro Nacional. “O glossário será um passo a passo sobre como cumprir as 15 Metas de 2013”, explica Ivan Gomes Bonifácio, do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ.

As metas do Judiciário para o próximo ano foram definidas durante o 5º Encontro Nacional realizado em novembro de 2011, em Porto Alegre/RS. Na ocasião os presidentes das cortes brasileiras definiram as metas de 2013, com o objetivo de conferir mais tempo para que os tribunais se organizassem para dar conta do desafio. Entre as metas aprovadas está o

juízo em 2013 de quantidade de processos maior do que o número de ações que ingressarem na Justiça no decorrer do ano. Além disso, cada ramo do Judiciário terá de garantir o julgamento de um percentual mínimo de processos antigos. O objetivo com esse esforço concentrado é dar mais agilidade à prestação jurisdicional.

Além das propostas nacionais, os presidentes de tribunais também escolheram as metas que devem ser alcançadas por segmento de Justiça (Federal, Eleitoral, Militar e do Trabalho). A Justiça Federal terá de realizar, em 2013, 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas este ano (Meta 5). Já a Justiça Trabalhista, além de implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em pelo menos 40% das Varas do Trabalho de cada tribunal (Meta 12), terá de aumentar em 15% a quantidade de execuções trabalhistas concluídas (Meta 13).

09 OUT 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Começa hoje o Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário

Entre os dias 9 e 11 de outubro, advogados, acadêmicos, defensores públicos e interessados no assunto de todo o País e do Mercosul estarão reunidos em Foz do Iguaçu, no Paraná, para participar do VIII Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário e do III Congresso de Direito Previdenciário do Mercosul. A presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), instituição que promove o evento, Jane Berwanger, diz que o objetivo do Congresso é debater assuntos atuais relativos à previdência.

Na programação, temas como o argumento do déficit previdenciário no presente e no futuro da previdência, a produção de provas, o desafio da solidariedade com sustentabilidade e a aplicação prática das prerrogativas previdenciárias nos Estados partes do Mercosul. No dia 11 de outubro, os inscritos no Congresso poderão participar de oficinas sobre diversos assuntos, entre eles marketing jurídico para escritórios de advocacia, dano moral, recursos e revisões.

10 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Lei Maria da Penha também vale para enquadrar irmão agressor, diz STJ

Decisão foi tomada em caso de Brasília; irmã que controlava dinheiro de pensão da mãe foi ameaçada e teve seu carro apedrejado

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou que a ameaça de agressão praticada por um homem em Brasília contra a irmã deve ser enquadrada na Lei Maria da Penha. O caso aconteceu em agosto de 2009. O agressor se dirigiu à casa da irmã e atirou pedras contra o carro dela, além de enviar mensagens por celular a xingando e ameaçando agredi-la. O irmão queria assumir o controle da pensão recebida pela mãe, que estava sob responsabilidade da irmã. Ele ainda não foi condenado.

Apesar de as agressões de maridos e namorados serem mais conhecidas, a Lei Maria da Penha pode contemplar outros graus de parentesco.

O Ministério Público do Distrito Federal, responsável pela acusação, havia entrado com um recurso especial alegando que o caso deveria ser encaminhado aos juizados especiais criminais, por se tratar de um conflito "entre irmãos", que não apresentava "indício de que envolvesse motivação de gênero".

Em resposta, o STJ decidiu que cabia a aplicação da Lei Maria da Penha, argumentando que "a legislação teve o intuito de proteger a mulher da violência doméstica e familiar", acrescentando "ser desnecessário configurar a coabitação entre eles".

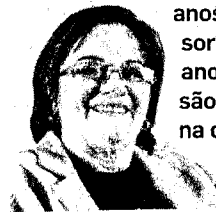
QUEM É

MARIA DA PENHA

BIOFARMACÊUTICA, 67 ANOS

● A lei leva o nome da cearense Maria da Penha Maia Fernandes, de 67 anos. Em 1983, seu ex-marido, o professor colombiano Marco Antonio Heredia Viveros, tentou matá-la duas vezes. Ela sobreviveu, mas ficou paraplégica. Após 9

anos, o agressor pegou 8 anos de prisão – ficou 2 na cadeia.



Para a procuradora de Justiça Luiza Nagib Eluf, do MP-SP, o caso é típico da Lei Maria da Penha. "É comum casos em que o homem quer assumir o controle do patrimônio da mulher. Independente do grau de parentesco."

A secretária de Justiça e da Defesa da Cidadania, Eloisa de Sousa Arruda, afirma ser comum que a lei contemple casos de netos agredindo avós, genros agredindo sogras e filhos agredindo mães. "São situações de dominação, quando o homem tira vantagem da superioridade física."

A presidente do Conselho da Condição Feminina, Rosemary Correa, primeira delegada da mulher, diz que a lei tem garantido avanços. "São Paulo é um dos Estados com mais denúncias."

Ontem, foi lançada no Estado a Rede de Atenção à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Sexual.

10 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Greve de juízes

Alegando que o Palácio do Planalto não atende a suas reivindicações salariais e que a sociedade os vem tratando com descaso, juízes e desembargadores da Justiça Federal realizaram uma assembleia-geral extraordinária, na primeira semana de outubro, e decidiram fazer uma greve por tempo determinado, entre 21 e 22 de novembro, cancelando a tomada de depoimentos e suspendendo as audiências já marcadas para esses dois dias. Apenas pedidos urgentes de liminares serão examinados.

Alguns juízes e desembargadores federais propuseram que a greve fosse por tempo indeterminado, mas os líderes da corporação defenderam um “protesto amigável”. Segundo eles, o objetivo da greve é chamar a atenção para a situação salarial da magistratura, exigir “tratamento mais adequado” da parte dos poderes públicos e pressionar a presidente Dilma Rousseff a atender às demandas da categoria.

Além disso, a entidade que representa a categoria – a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) – anunciou que seus filiados, por terem entrado em “estado de mobilização”, não participarão da 7.^a Semana de Conciliação, que ocorrerá entre os dias 7 e 14 de novembro. Organizada sob a forma de um mutirão de alcance nacional, integrado por juízes estaduais, federais e trabalhistas, essa é uma das mais importantes iniciativas que o Conselho Nacional

de Justiça (CNJ) vem tomando desde sua instalação, em 2006, para descongestionar a primeira e a segunda instâncias do Poder Judiciário.

O evento do ano passado contou com a participação de 53 tribunais e, das 339 mil audiências de conciliação realizadas, 164 mil resultaram em acordos homologados pela Justiça, no valor total de R\$ 1,1 bilhão. Só os cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs) realizaram cerca de 23,6 mil audiências de conciliação, das quais 16,3 mil resultaram em acordo, encerrando os processos em caráter definitivo.

“Juízes e desembargadores federais estão desanimados e insatisfeitos. Eles assumem funções extraordinárias sem reconhecimento e sem remuneração extra, diz o presidente da Ajufe, Nino Oliveira Toldo. A categoria reivindica um aumento de 28,82% – o percentual que considera “essencial” para a recomposição dos vencimentos. E, invocando o velho argumento da isonomia, também pleiteia a implantação do adicional por tempo de serviço e do “alinhamento salarial” com os membros do Ministério Público da União e com algumas carreiras das Justiças Estaduais.

No último acordo feito com os dirigentes do Poder Judiciário, a equipe econômica do governo se comprometeu a reajustar os salários dos juízes e desembargadores federais em 15,8%, divididos em três parcelas. Para a direção da Ajufe, isso não cobre as perdas inflacionárias dos últimos anos e não leva em conta as

“características peculiares da magistratura”. Segundo a entidade, a inflação dos últimos cinco anos superou 40% e o último reajuste da corporação, concedido há três anos, foi de 9%.

Reivindicando um aumento de 56% em novembro do ano passado, a magistratura federal ameaçou entrar em greve e promover uma operação-padrão nas ações judiciais em que a União era parte, em novembro de 2011. Na ocasião, a equipe econômica do governo classificou a ameaça como chantagem. Afirmou que as pretensões salariais da categoria eram “delirantes”. E alegou que, apesar de os Poderes serem independentes, “o cofre é um só e a responsabilidade sobre o que entra e sai é do Executivo”. Por seu lado, as autoridades responsáveis pela elaboração do Orçamento da União lembraram que os tribunais já pagam os maiores salários de todo o funcionalismo público do País. E mostraram, com base num estudo do CNJ, que a Justiça é uma instituição “inchada” – ou seja, com um número de funcionários bem maior do que o necessário. Com 91 tribunais, o Judiciário tem 312,5 mil servidores e 16,1 mil juízes – e os gastos com salários totalizaram R\$ 37 bilhões, em 2009.

Como até hoje não há uma lei que discipline a política salarial do funcionalismo e o direito de greve no serviço público continua sem regulamentação, as corporações que gritam mais quase sempre conseguem o que reivindicam. É isso que explica a nova ameaça de greve da Ajufe.

10 OUT 2012

PAULO DE TARSO
TAMBURINI E JOSÉ
ALBUCAZYS MANZO
DE CASTRO JUNIOR

Voto limpo

"Eu também quero a volta à natureza. Mas essa volta não significa ir para trás, e sim para a frente"

Friedrich Nietzsche

Pouco ou nada se tem feito quanto ao impacto da propaganda eleitoral no meio ambiente

Embrora visíveis todas as maneiras como se faz propaganda eleitoral, passa despercebida pela maioria da população a rotina diária, em todo o País, de carros, caminhões e outros veículos que descarregam toneladas de material apreendido ou recolhido por não obedecer aos padrões e às formas estabelecidas pela legislação pertinente. Salas, pátios e galpões da Justiça Eleitoral não são mais suficientes para acomodar todo esse material, cuja destruição, ao final do processo eleitoral, se apresenta como previsível.

O processo social brasileiro de escolha democrática de seus representantes tem avanços incontestáveis, sobretudo no quesito "limpeza", seja pela aprovação do projeto de lei de iniciativa popular conhecido como Ficha Limpa, seja pelas campanhas institucionais da Justiça Eleitoral para a escolha de candidatos pelo "voto limpo". Entretanto, pouco ou nada se tem feito quanto ao impacto ambiental dessa propaganda.

Se, por um lado, as normas eleitorais garantem a propagan-

da como instrumento de mensagem política proposta pelos que se apresentam como candidatos a alguma função pública representativa, por outro, a própria Constituição federal (artigo 225) garante aos cidadãos meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, sendo dever do poder público e da coletividade a sua preservação.

No que diz respeito à propaganda eleitoral, e de acordo com a publicação da segunda parcial de prestação de contas de campanha ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - www.tse.jus.br -, já se gastou mais de R\$ 1 bilhão e a previsão é que se chegue a mais do dobro desse valor no final da campanha política. Pelos valores parciais atuais, computando exclusivamente os gastos com papel e publicidade em jornais e revistas, chega-se a R\$ 301.825.922. Isso significa mais de 10 bilhões de folhas A4, ou mais de 20 milhões de cadernos ou livros escolares com 50 folhas cada, ou 417 mil árvores cortadas. Com o valor declarado seria ainda possível produzir cerca de 23 bilhões de "santinhos" (medindo 10 cm x 7 cm, em papel de 75 g/m²), os quais, enfileirados, poderiam dar 58 voltas ao planeta, com peso estimado em 12 mil toneladas.

Lembrando que para fabricar apenas um quilo de papel são gastos 540 litros de água, além de cloro e enxofre, só na produção de papel para os "santinhos" gastaríamos cerca de 1,2 bilhão de litros de água, suficientes para encher quase 25 mil piscinas de 50 mil litros. E tudo isso simplesmente vai para o lixo após o processo eleitoral.

Outro exemplo se refere ao combustível, aos lubrificantes e aos gastos com veículos, no valor de R\$ 126.525.436, o que equivale a 52.911.667 litros de gasolina, ou 84.666.667 litros de álcool combustível, suficientes para rodar mais de 5 milhões de quilômetros, ou fazer mais de seis viagens de ida e volta à Lua, com sobra na reserva para mais uma voltinha dentro do planeta, contribuindo, no final, com o acréscimo de 39 toneladas de CO₂ para o aquecimento global.

Há ainda os famosos carros de som, consumindo R\$ 45.754.220 e cujo único resultado, além do gasto de combustível e com motoristas, é o ruído irritante compulsoriamente imposto a todos e claramente superior ao permitido pela legislação - que é de 80 decibéis a 7 km de distância do carro de som (Resolução 204, artigo 1.º, CNT).

Com placas, estandartes e faixas já foram gastos R\$ 95.950.202. Esses materiais trazem o agravante de serem fabricados com material altamente inflamável, que produz fumaça tóxica e não é biodegradável. Assim, facilmente se vê que nossa propaganda eleitoral será capaz de atravessar milênios.

Somam-se a isso os riscos de danos às pessoas, que podem ser causados pelos cavaletes e outros objetos colocados nas vias públicas - facilmente carregados pelos fortes ventos desta época -, pelos obstáculos ao trânsito ou pela distração causada aos motoristas; ou se tornam armas lesivas em confrontos apaixonados e conflitos exaltados de comícios pelo País. Todo o lixo produzido e lançado irresponsavelmente nas vias públicas pode entupir a rede de escoamento de água e contribuir para enchentes e alagamentos nas áreas urbanas.

Depois de cada eleição, com tristeza se verifica o total descompromisso com limpeza dos muros e pinturas, com a remoção de placas e outros apetrechos que continuam a assombrar a população ano após ano, em ofensiva poluição visual.

Nem tudo, porém, é desesperança. O grande avanço já trazido às maneiras de fazer propaganda eleitoral pelas Leis 11.300/2006 e 12.034/2009 se soma aos esforços daqueles que têm consciência ambiental.

CONTINUA

1 0 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Nesse sentido, podem-se registrar decisões que determinaram a reciclagem do material de campanha, os acordos entre partidos e candidatos, os termos de ajustamento de condutas para racionalizar o uso de material lesivo ao meio ambiente ou, simplesmente, deixar de usar carros de som.

Não se tem notícia de que a propaganda eleitoral tenha sido obstada ou restringida, ou que tenha prejudicado candidatos em algum local onde essas medidas foram adotadas.

Pelos dados apresentados, percebe-se que se valoriza mais a forma da propaganda eleitoral do que a sua finalidade. Lamentavelmente, pouca atenção têm merecido as consequências de sua utilização abusiva e irresponsável em relação ao meio ambiente e às pessoas.

Qualquer propaganda eleitoral deve ser educativa e saudável. Legal em todos os sentidos.

●
RESPECTIVAMENTE, JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA DO TSE, MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2009-2011); E BACHAREL EM DIREITO, COM ESTUDOS EM GESTÃO AMBIENTAL, É OFICIAL SUPERIOR DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

10 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Toffoli deve confirmar voto por absolvição

Expectativa sobre o que fará ministro – que foi assessor do réu na Casa Civil – divide a cena no Supremo e entre advogados

Além da condenação do ex-ministro José Dirceu, a participação no julgamento do ministro José Antonio Dias Toffoli deverá ser o destaque da sessão de hoje no Supremo Tribunal Federal. Ex-subchefe de Assuntos da Casa Civil da Presidência na gestão de Dirceu, Toffoli deve votar a favor do petista, conforme expectativas de ministros do Supremo e de advogados.

Se confirmado esse posicionamento de Toffoli, ele deverá se juntar ao revisor do processo, Ricardo Lewandowski, que votou contra a punição do ex-ministro da Casa Civil. Conforme Lewandowski, não existem provas contra o petista, apenas ilações.

“Não descarto que José Dirceu tenha participado, tenha sido até o mentor dessa trama criminosa, mas o fato é que isso não encontra ressonância nas provas dos autos. Não há prova documental, não há prova pericial, e foram sete anos de investigação”, disse Lewandowski.

Toffoli está no STF desde outubro de 2009. Ele foi nomeado para o cargo pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de quem foi advogado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante a campanha eleitoral vitoriosa de 2002. Com a ida de Lula para o Palácio do Planalto, Toffoli foi para a Casa Civil e em seguida assumiu a Advocacia-Geral da União (AGU).

No Supremo há ainda quem acredite que hoje Toffoli poderá surpreender e não votar em relação às acusações imputadas a José Dirceu. A participação do ministro no julgamento também foi contestada pelo fato de ele namorar a advogada Roberta Rangel, que defendeu o ex-deputado federal Professor Luizinho. Atualmente, Roberta não trabalha mais no caso.

Por causa desse passado no governo Lula e da proximidade com a ex-advogada de Luizinho, nos últimos meses Toffoli foi pressionado a não participar do julgamento do mensalão. No entanto, iniciado o julgamento, ele votou em relação a acusações imputadas aos núcleos financeiro, publicitário e político.

Condenações. Ele condenou alguns réus, entre os quais o deputado federal Valdemar Costa Neto e o ex-deputado Roberto Jefferson, delator do mensalão. Segundo Toffoli, os réus usaram de “astúcia” para dissimular o recebimento irregular de recursos.

O ministro também votou a favor da condenação de dirigentes do Banco Rural, acusados de envolvimento com o esquema. “Está devidamente demonstrada a dissimulação da origem espúria dos recursos, o que se configurou por meio das concessões e renovações de empréstimos fictícios, bem como pela distribuição dos valores sem identificação dos destinatários reais perante o Banco Central e perante o Coaf, circunstâncias devidamente comprovadas ao longo da instrução processual.”

Mas o ministro absolveu o deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP), acusado de receber R\$ 50 mil do esquema. O dinheiro foi sacado em uma agência do Banco Rural pela mulher de João Paulo. Toffoli aceitou a alegação da defesa de que os recursos foram entregues ao deputado com o objetivo de custear pesquisas eleitorais em Osasco. Por essa argumentação, o que teria ocorrido, na realidade, seria apenas uma operação de caixa 2 de campanha eleitoral.

“O fato de o recebimento haver-se empreendido por meio de interposta pessoa, por si só, não é suficiente para caracterizar o delito em questão, uma vez que todos os depoimentos constantes dos autos apontam no sentido de que aqueles recursos foram, de fato, repassados ao réu para essa finalidade específica (*pagamentos das pesquisas*), sem que tivesse ele conhecimento prévio da sua origem”, sentenciou o ministro. No entanto, João Paulo acabou condenado por decisão da maioria do tribunal.

1 0 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

PENSAO ALIMENTÍCIA STJ diz que até salário pode ser penhorado

Salários, entre outras verbas remuneratórias do trabalho, podem ser penhorados para pagamento de prestação alimentícia. A decisão foi da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O entendimento contraria posição do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Desembargadores gaúchos haviam decidido que a penhora não deveria ser usada por se tratar de dívida contraída no passado.

SÔNIA RACY

Mulheres de Atenas

O Tribunal do Júri passará a ter maioria feminina em casos de violência contra a mulher. A proposta, em análise final na Câmara, deve entrar em vigor no início do ano que vem.

Atualmente, não há distinção de gênero entre os jurados – o que pode influenciar o resultado de um julgamento.

TUTTY

Via-crúcis

Condenado a 1 ano de cadeia, o ex-mordomo do papa Bento XVI, Paolo Gabriele, desabafou à saída do tribunal: “Me pegaram para Zé Dirceu do Vaticano!”

09 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Quem são nossos juizes?

RAFAEL CUSTÓDIO, FLÁVIA ANNENBERG, ESTER RIZZI E RODNEI JERICÓ

Dois fatos importantes relacionados à escolha de membros do Judiciário foram noticiados nos últimos dias: a decisão do Conselho Nacional de Justiça rechaçando as “entrevistas secretas” realizadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo como etapa do concurso para ingresso na Magistratura e a sabatina do ministro Teori Zavascki, indicado pela Presidenta da República para o STF.

Se esses acontecimentos parecem distantes, algo os une: a ausência de transparência nos processos de escolha de nossos magistrados.

Sobre o primeiro caso, importante destacar que concurso público é uma exigência constitucional para ingresso na magistratura. Isso significa que a seleção dos magistrados deve se dar por meio de uma avaliação objetiva da capacidade dos candidatos, ainda que seja evidente que somente saber jurídico não faz um bom juiz.

Mas, ao contrário do defendido nesta seção no dia 2 (“Nem só de técnica se faz um juiz”, de Rodrigo Capez), esse argumento nada tem a ver com a formulação de questões que dizem respeito à vida pessoal ou à “estrutura familiar” dos participantes do processo seletivo.

Até porque, nesses casos, surgem fissuras insanáveis: como são avaliadas as respostas dos candidatos? A banca examinadora do concurso tem um entendimento prévio a respeito de qual seria o perfil mais adequado para um magistrado? Seria melhor, para exercer a função de juiz,

Entrevistas pessoais e secretas em concursos para juiz servem para privilegiar alguns poucos e manter práticas que atingem o Estado democrático de Direito

um candidato casado ou solteiro? Com filhos ou sem filhos? Homo ou heterossexual? Ateu ou católico? Pior, o que é “perfil adequado”?

Há tempos sabe-se que o Poder Judiciário paulista realiza uma seleção que privilegia um determinado perfil de seus integrantes. Esse argumento é tão verdadeiro que foi necessária a aprovação de uma lei estadual para garantir que, nas duas primeiras fases do concurso de ingresso na magistratura, os candidatos não fossem identificados (Lei n.º 9.351/96). Apenas com essa lei a proporção de mulheres selecionadas para a última fase tornou-se compatível com a quantidade de inscritas.

Nesse sentido, resta claro que as entrevistas pessoais e secretas abrem as portas para a perpetuação de antigas práticas que não combinam com o Estado de Direito.

Em outro âmbito, a questão da opacidade do processo de escolha dos ministros do STF também merece atenção. O chefe do Executivo federal indica um nome, escolhido entre cidadãos de “notório saber jurídico” e “reputação ilibada”. Em seguida, o Senado deve votar a indicação, após um processo de sabatina realizado pela Comissão de

Constituição e Justiça.

Nesses dois momentos bem delimitados do sistema de escolha do novo ministro, há questões que não são levadas a público. A sociedade tem direito de saber o que levou a presidência priorizar determinada pessoa. Quais foram os fatores levados em consideração? Quem apoia aquele indicado? Quais outros nomes foram considerados, mas preteridos?

Do outro lado, no momento da sabatina realizada pelos senadores, seria salutar a existência de mecanismos formais para sociedade civil e demais interessados participarem do processo, como ocorre na Argentina, por exemplo.

Existe na sociedade uma mobilização por uma política de justiça mais transparente, aberta e democrática. A independência do Poder Judiciário não pode ser usada como justificativa para que este poder se esquive do necessário e constitucional controle social.

Quer-se provocar, assim, uma discussão pública mais ampla sobre quais devem ser os critérios para que uma pessoa seja investida dos poderes de magistrado, seja no início ou no topo da carreira. Certamente o caminho indicado pela Constituição não se constrói a portas fechadas ou com critérios obscuros.

RAFAEL CUSTÓDIO, 30, e FLÁVIA ANNENBERG, 24, são advogados da ONG Conectas Direitos Humanos
ESTER RIZZI, 29, é advogada da ONG Ação Educativa
RODNEI JERICÓ, 35, é advogado do Geledés - Instituto da Mulher Negra

Todos eles são membros da Articulação Justiça e Direitos Humanos

09 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Ministro Gilson Dipp continua internado em SP

DE SÃO PAULO - O ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Gilson Dipp continua internado na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do hospital Albert Einstein, em São Paulo, onde se recupera de uma cirurgia abdominal.

Segundo boletim médico, o quadro é estável e não há previsão de alta. Dipp foi internado no dia 18 de setembro no Hospital das Forças Armadas em Brasília para tratar de uma crise de asma. A doença respiratória se agravou e evoluiu para uma pneumonia, o que provocou sua transferência para o Einstein. Dias depois, o ministro precisou passar por uma cirurgia no abdômen.

Atual vice-presidente do STJ, Dipp é ministro da corte desde 1998, por indicação do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2008, ele se tornou corregedor nacional de Justiça, dando início à rotina de inspecionar tribunais com indícios de problemas.

09 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

STF pode decidir hoje primeira condenação de Dirceu e Genoino

Quatro ministros já votaram, e três deles consideraram ex-ministro e ex-presidente do PT culpados por corrupção

Sessão deverá começar com o voto do ministro Dias Toffoli, ex-assessor de Dirceu na Casa Civil e ex-advogado do PT

O Supremo Tribunal Federal poderá decidir hoje se o ex-ministro da Casa Civil e homem forte do governo Lula, José Dirceu, o ex-presidente nacional do PT José Genoino e o ex-tesoureiro da sigla Delúbio Soares serão condenados por corrupção.

Os ministros retomam o julgamento suspenso na quinta-feira da semana passada, quando o placar era de três votos a um pela condenação de Dirceu e Genoino, e de quatro a zero pela condenação de Delúbio.

A antiga cúpula do PT está sendo julgada pela primeira acusação contra eles, a do crime de corrupção ativa, cuja pena prevista no Código Penal vai de 2 a 12 anos de reclusão, mais multa.

Os réus são condenados se 6 dos 10 ministros do Supremo votarem assim. Ou seja, para a condenação de Delúbio restam dois votos; para as de Dirceu e Genoino, três.

O relator do processo do mensalão, Joaquim Barbosa, votou pela condenação de Dirceu ao argumentar que o ex-ministro foi o responsável pela compra de parlamentares para garantir apoio político no Congresso Nacional

nos primeiro anos do governo Lula. Ele foi seguido por Rosa Weber e Luiz Fux.

Já o revisor do processo, Ricardo Lewandowski, discordou do colega e votou para absolver Dirceu e Genoino.

Segundo ele, as acusações que pesam contra o ex-ministro da Casa Civil são "suspeitas, ilações e afirmações contundentes, mas carentes de suporte probatório".

TOFFOLI

A 33ª sessão do julgamento do mensalão deverá começar pelo voto do ministro José Antonio Dias Toffoli. Ele foi subordinado a Dirceu por dois anos na Casa Civil, onde exerceu o cargo de subchefe de assuntos jurídicos.

Antes do início do julgamento no Supremo, havia a expectativa de que ele se declarasse impedido de participar por suas relações com o PT, o que não ocorreu.

Dias Toffoli deixou a Casa Civil em julho de 2005, logo após a queda de Dirceu, em meio ao às denúncias envolvendo o governo Lula.

Ele também foi assessor jurídico da liderança do PT na Câmara dos Deputados entre 1995 e 2000, na época do governo Fernando Henrique.

VOTOS

Indicado por Lula para o Supremo, em 2009, o ministro é considerado voto certo pela absolvição de Dirceu.

Depois dele, votam, pela ordem, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello e o presidente do Supremo, Ayres Britto.

O voto de Celso de Mello, porém, deverá ser adiado para amanhã, pois ele faltará ao julgamento para cumprir compromisso previamente agendado em São Paulo.

Dirceu, Delúbio e Genoino ainda são acusados pelos crimes de formação de quadrilha. Mas esse será o último item a ser votado pelos ministros do Supremo, seguindo o cronograma acertado no começo do julgamento do caso.

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

O dilúvio da corrupção

RIO DE JANEIRO— Teremos hoje, pelo menos assim está programado, o segundo tempo do complicado debate no Supremo Tribunal Federal, cujo placar é de 3 x 1 pela condenação da maioria dos réus da chamada ação penal 470, também conhecida como mensalão. Além do prognóstico que cada um faça sobre o resultado final, acredito que duas conclusões podem ser tiradas desde agora.

Primeira: a falência da democracia dita “representativa”. Operada pelo voto direto e livre, fiscalizada por um tribunal específico e pela opinião pública e publicada, ela cria condições em vários níveis e modos para a corrupção —da qual, a política em si mesma não está livre. Ao contrário: pelos indícios, com ou sem provas, o homem comum ficou sabendo (se é que ainda não sabia) que o processo adotado universalmente (com exceção das ditaduras) facilita e até estimula a prática de atos ilícitos ou criminosos.

Na velha república, a corrupção era risonha e franca com as eleições a bico de pena, roubo de urnas, currais dominados por coronéis à paisana ou fardados. A corrupção era a mesma, talvez pior.

Segunda: surgido da resistência à ditadura de 1964, o Partido dos Trabalhadores firmou-se como uma vanguarda da democracia, da moralidade e da justiça social. O mensalão, qualquer que seja o resultado final da ação penal 470, escancarou suas entranhas de forma irreversível. Entre os principais réus do processo em curso no STF, figuram dois resistentes à ditadura que chegaram a colocar a vida e a liberdade pessoal contra a truculência do regime militar. E agora, Josés, Dirceu e Genoíno?

Fica em aberto a culpa da cúpula do governo anterior, governo licitamente conquistado pelo PT. No dilúvio da corrupção, a arca de Noé está fazendo água.

09 OUT 2012

09 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça libera pagamento de royalty de soja

Os produtores de soja e de algodão de Mato Grosso não precisam mais pagar royalty pela utilização das sementes de soja Round Ready (RR) e de algodão Bollgard 1 (BT). As tecnologias foram desenvolvidas pela Monsanto.

A suspensão foi garantida por uma liminar da Justiça de Mato Grosso, avaliada na Vara Especializada em Ação Civil Pública de Cuiabá, e estará em vigor até o julgamento do mérito do recurso.

A ação foi proposta pela Famato (federação de agricultores de Mato Grosso) e por outros 24 sindicatos rurais, com apoio da Aprosoja (associação de produtores de soja).

Pesquisa feita por um escritório paulista, a pedido dos produtores, mostra que a patente dessas tecnologias venceu em agosto de 2010 e, agora, são de domínio público.

Carlos Fávaro, presidente da Aprosoja, e Seneri Paludo, diretor-executivo da Famato, são unânimes em afirmar que os produtores não são contra o pagamento de royalties.

“Quem desenvolver uma nova tecnologia tem direito de receber por ela”, afirma Fávaro.

“É preciso ficar bem claro que essa ação é diferente de outras e não discute o pagamento de royalty, que é legítimo, mas o de uma patente que já venceu”, diz Paludo.

Conforme a decisão judicial, os produtores pagaram royalties indevidamente por duas safras —2011/12 e 2012/13. Paludo diz que a ação não entra no mérito do passado. A decisão fica a critério de cada produtor.

Famato e Aprosoja não quiseram se manifestar sobre valores pagos pelos produtores

indevidamente. Até porque não há certeza de quanta soja transgênica é semeada.

Avaliações do mercado indicam, no entanto, que essas duas tecnologias podem significar royalties de R\$ 1,5 bilhão por ano no país.

Para os dois executivos, a comunicação com a Monsanto não está encerrada.

OUTROLADO

A Monsanto informou que não foi notificada e que considera ter direito de ser remunerada por suas tecnologias.

Segundo a empresa, essas tecnologias foram patenteadas e estão protegidas pelas regras de revalidação previstas na Lei de Propriedade Intelectual.

A Monsanto diz estar confiante em seus direitos de cobrança até 2014, conforme a legislação em vigor.

09 OUT 2012

JORNAL DO ESTADO

Sétimo Garibaldi

O Ministério Público do Paraná interpôs Recurso Especial visando reverter decisão da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná, que determinou o trancamento da ação penal no caso conhecido como "Sétimo Garibaldi". O recurso, que tem a particularidade de, entre outros fundamentos, alegar descumprimento a tratado internacional, foi admitido pelo TJ-PR e será remetido para julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

TRIBUNA DO PARANÁ

Amigos condenados

Os amigos Elias Demiciano, conhecido como "Biba", e Jeferson Lincon de Paula, o "Toti", ambos de 23 anos, foram condenados ontem, cada um a 7 anos e 6 meses de reclusão, pelo assassinato de Everson Matias de Carvalho, o "Evinho", em 8 de novembro de 2009. O crime aconteceu na Rua João Meneghetti, no limite da Cidade Industrial com Fazendinha.

Conforme foi apurado pela polícia, Elias teria "roubado um beijo" da mulher de Everson, que, meses depois, foi tirar satisfação. Ele parou na frente da residência do rival e começou a fazer bagunça. Elias e Jeferson saíram de casa e o mataram a pauladas, pedradas, socos e pontapés.

De acordo com o juiz Plínio Augusto Penteado de Carvalho, "o comportamento da vítima não justifica o crime". Segundo ele, os amigos poderiam ter ficado em casa e chamado a polícia. Elias e Jeferson foram presos em fevereiro do ano passado e não poderão recorrer em liberdade. Eles começam a pagar a pena em regime semiaberto.

09 OUT 2012

METRO

Salário pode ser penhorado para quitar pensão

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) informou a decisão de considerar que verbas remuneratórias de trabalho, como vencimentos e salários, podem ser penhorados para o pagamento da dívida em ação de pensão alimentícia.

O entendimento do STJ contrariou a posição adotada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Estado onde a ação foi ajuizada. Para os desembargadores gaúchos, a penhora deveria ser afastada porque a execução seguia

o rito da quantia certa e dizia respeito a dívida não atual. No entender da ministra Nancy Andrighi, uma das julgadoras do processo, porém, a passagem do tempo de inadimplência não é suficiente para afastar a penhora, já que a situação de quem necessita da pensão só piora de acordo com o tempo. Segundo ela, as medidas deveriam ser mais duras, e não abrangidas, como no caso do entendimento do TJ do Rio Grande do Sul.

Consultas pelo SUS eram cobradas

O MP-PR (Ministério Público do Paraná) propôs duas ações civis públicas contra quatro médicos e duas empresas de Marechal Cândido Rondon por cobrança indevida de atendimentos prestados através do SUS (Sistema Único de Saúde).

Segundo o MP, a Promotoria de Justiça recebeu

queixas de pacientes que receberam serviços médicos psiquiátricos pelo SUS e pagavam, em média, R\$ 150 por consulta. Foram, pelo menos, 72 casos semelhantes registrados entre os anos de 2004 e 2010.

O MP pede indenização por dano moral coletivo.